

## BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE RJ

**Estudo Técnico Preliminar 175/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 65475.002939/2025-34

**2. Descrição da necessidade****2.1 DA BASE ADMINISTRATIVA DO COMPLEXO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**

A Base Administrativa do Complexo de Saúde do Rio de Janeiro (B Adm Cmpl Sau RJ) criada em 1º de janeiro de 2020, pela Portaria n.º 2.001, de 13 de dezembro de 2019, com objetivo de conduzir as aquisições e contratações das Organizações Militares de Saúde (OMS) da guarnição do Rio de Janeiro, Niterói e Resende, de forma centralizada e com vistas à racionalização administrativa, harmonizando a situação contábil e patrimonial decorrente e contribuindo para atender objetivos estratégicos do Exército.

Destarte, a B Adm Cmpl Sau RJ no cumprimento de sua missão síntese permite que as OMS possam dedicar-se inteiramente as suas atividades fins, qual seja, o atendimento aos usuários do Sistema de Saúde do Exército Brasileiro.

Na estrutura organizacional do Exército Brasileiro a Base Administrativa do Complexo de Saúde do Rio de Janeiro é subordinada ao Comando da 1ª Região Militar, e no cumprimento de sua missão determinada pelo Comando do Exército possui a competência para instauração dos processos licitatórios concernentes as contratações e aquisições das OMS vinculadas.

Atualmente a B Adm Cmpl Sau RJ apoia administrativamente as seguintes Organizações Militares de Saúde:

- Hospital Central do Exército (HCE)
- Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ)
- Hospital Militar de Resende (HMR)
- Odontoclínica Central do Exército (OCEX)
- Policlínica Militar do Rio de Janeiro (PMRJ)
- Policlínica Militar de Niterói (PMN)
- Policlínica Militar da Praia Vermelha (PMPV)
- Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEX)
- Instituto de Biologia do Exército (IBEX)

Neste contexto, uma das missões da B Adm Cmpl Sau RJ é adquirir os equipamentos médicos-hospitalares constantes do planejamento anual das atividades de saúde do Exército (PAASSEX) para as Organizações Militares de Saúde supramencionadas.

**2.2 O PLANEJAMENTO ANUAL DAS ATIVIDADES DE SAÚDE DO EXÉRCITO**

O Exército Brasileiro para fins de aquisições de materiais permanentes ou de consumo de saúde instituiu o Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEX).

O referido planejamento possui 5 fases internas, as quais resulta na aprovação e descentralização dos recursos orçamentários, quais sejam:

- **1º fase** inicia em A-1 no levantamento das demandas pelas Organizações Militares de Saúde do Exército. Tais demandas são encaminhadas às respectivas Regiões Militares com robustas justificativas, estimativa de preços e estudo de viabilidade;
- **2ª fase** consiste na análise das demandas pelas Regiões Militares, considerando a relevância das solicitações, as justificativas, bem como a real necessidade da demanda sob uma óptica regional. Após a análise pela respectiva Região Militar, as demandas são encaminhadas para Diretoria de Saúde do Exército;

**3ª Fase** a Diretoria de Saúde faz uma análise em toda documentação remetida pelas Regiões Militares e realiza um trabalho técnico de análise quantitativa e qualitativa das necessidades das OMS. Além disso, considera aspectos relativos a melhor custo-benefício para Força Terrestre, visando adotar a melhor linha de ação que leva em conta aquisição, locação ou comodatos dos equipamentos;

- **4ª Fase** transcorre da seguinte forma: A DPGO recebe as propostas do PAASSEX da D Sau e realiza a análise orçamentária correspondente, considerando a disponibilidade de recursos estimados para a LOA e as prioridades da análise técnica da D Sau; e
- **5ª Fase** é a aprovação e assinatura do PAASSEX pelo Chefe Diretoria Gestão de Pessoal e por cada Comandante da Região Militar, as OMS/OM poderão iniciar a fase interna seus procedimentos licitatórios, ficando em condições de tão logo seja encaminhado o Projeto de Lei Orçamentária Anual (previsto ser encaminhado ao Congresso até 31 ago de cada ano) dar prosseguimento à fase externa da licitação.

### 2.3 Da Necessidade Específica dos Equipamentos Odontológicos para as OMS Beneficiadas

A presente contratação tem por finalidade atender às **necessidades específicas de equipamentos odontológicos das Organizações Militares de Saúde beneficiadas**, conforme demandas aprovadas no PAASSEX 2026, constantes do Anexo I.

Os equipamentos odontológicos previstos são **essenciais para a manutenção, ampliação e modernização da capacidade assistencial das OMS**, permitindo a execução de procedimentos clínicos, preventivos, terapêuticos, cirúrgicos e de reabilitação odontológica, indispensáveis ao cumprimento da missão institucional do Sistema de Saúde do Exército Brasileiro.

As Organizações Militares de Saúde beneficiadas desempenham papel fundamental na assistência odontológica aos militares da ativa, inativos, pensionistas e demais usuários do sistema, sendo responsáveis por atendimentos de atenção básica, especializada e, em alguns casos, de alta complexidade, incluindo procedimentos de diagnóstico por imagem, implantodontia, endodontia, periodontia, cirurgia oral menor e ações de prevenção em saúde bucal.

A aquisição dos equipamentos odontológicos ora pretendida justifica-se, entre outros fatores, por:

- necessidade de **reposição de equipamentos obsoletos ou em fim de vida útil**;
- **adequação tecnológica** às atuais práticas odontológicas e protocolos clínicos;
- **aumento da demanda assistencial** nas OMS beneficiadas;
- garantia da **continuidade e regularidade dos serviços de saúde bucal**, evitando interrupções no atendimento;
- atendimento aos padrões de qualidade, segurança e eficiência exigidos para a assistência odontológica institucional.

Os quantitativos previstos para cada Organização Militar de Saúde foram definidos com base em critérios técnicos, considerando o perfil assistencial de cada OMS, sua capacidade instalada, volume de atendimentos e peculiaridades operacionais.

### 2.4 Do Objeto da Contratação

A pretensa contratação tem por finalidade a aquisição de equipamentos odontológicos destinados às Organizações Militares de Saúde beneficiadas, conforme itens e quantitativos aprovados no Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEX) 2026.

Ressalta-se que os itens foram devidamente analisados e aprovados no âmbito do PAASSEX, tendo percorrido todas as fases de planejamento, análise técnica e aprovação pelo Escalão Superior, não cabendo à Base Administrativa do Complexo de Saúde do Rio de Janeiro rediscutir mérito, especificações ou quantitativos.

A equipe de planejamento da contratação é composta por representantes das Organizações Militares de Saúde demandantes, o que assegura a aderência da contratação às necessidades reais das unidades beneficiadas e o zelo com a correta aplicação dos recursos públicos.

Por fim, a contratação visa atender ao objetivo organizacional do Exército Brasileiro de **promover o contínuo aperfeiçoamento, modernização e eficiência do Sistema de Saúde do Exército**, assegurando assistência odontológica adequada e de qualidade aos seus usuários.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Ordenador de Despesas do Hospital Central do Exército	LUCIANO LUIZ GOULART SILVA DIAS - Cel
Diretor do Hospital Geral do Rio de Janeiro	SÁVIO REDER DE SOUZA - Cel
Direitora do Hospital Militar de Resende	RENATA CRISTINA DE ALMEIDA MARTINS SCHMIDT - Cel
Direitor da Odontoclínica Central do Exército	EDEGART LUIZ GONÇALVES PEREIRA - Cel
Diretora da Policlínica Militar da Praia Vermelha	ANA PAULA CARVALHO REIS - Cel

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação consistem no conjunto de exigências **necessárias e suficientes** para assegurar que os equipamentos odontológicos a serem adquiridos atendam à necessidade institucional identificada, observando parâmetros mínimos de qualidade, desempenho, segurança, sustentabilidade e conformidade regulatória, de forma objetiva e compatível com o objeto da contratação.

### 4.1 Requisitos técnicos e de desempenho

Os equipamentos odontológicos deverão:

- a) apresentar **desempenho compatível com a finalidade assistencial**, permitindo a execução segura e eficiente dos procedimentos clínicos aos quais se destinam;
- b) atender às **especificações técnicas mínimas** constantes dos respectivos Descritivos Complementares, elaborados com base em práticas consolidadas do mercado, necessidades das Organizações Militares de Saúde e compatibilidade com a infraestrutura existente;
- c) possuir **vida útil compatível com o uso institucional**, assegurando durabilidade, confiabilidade operacional e manutenção do desempenho ao longo do tempo;
- d) permitir **operação segura**, com proteção adequada ao paciente, ao operador e ao ambiente clínico;
- e) ser compatíveis com as condições físicas, elétricas e operacionais das OMS beneficiadas, sem necessidade de adaptações estruturais relevantes.

### 4.2 Conformidade regulatória e segurança

Os equipamentos deverão atender, no que couber, às normas e exigências dos órgãos reguladores competentes, especialmente:

- registro, cadastro ou notificação junto à **ANVISA**, quando aplicável;
- certificações e requisitos de conformidade do **INMETRO**, quando exigidos;
- normas técnicas eventualmente aplicáveis da **ABNT**, nos termos da Lei nº 4.150/1962.

Quando aplicável, deverão ser observados requisitos específicos de segurança elétrica, compatibilidade eletromagnética e proteção radiológica, de modo a assegurar a integridade dos usuários e operadores.

### 4.3. Análise do Ciclo de Vida do Objeto

A solução proposta, consistente na aquisição de equipamentos permanentes de uso odontológico, foi analisada considerando todo o seu ciclo de vida, entendido como a série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o uso e consumo durante sua vida útil, bem como sua destinação final.

No que se refere à fase de desenvolvimento e produção, os equipamentos odontológicos disponíveis no mercado são, em regra, fabricados a partir de processos industriais consolidados, com uso predominante de materiais metálicos, polímeros e componentes eletrônicos, observando normas técnicas e sanitárias aplicáveis. Tais processos tendem a apresentar padronização tecnológica, o que favorece a reposição de peças, a manutenção corretiva e preventiva e a interoperabilidade com outros sistemas e acessórios odontológicos.

Quanto à obtenção de matérias-primas e insumos, trata-se de cadeia produtiva amplamente difundida no mercado nacional e internacional, não se verificando dependência exclusiva de insumos raros ou de fornecimento restrito, o que contribui para maior estabilidade no fornecimento, manutenção e suporte técnico ao longo da vida útil dos equipamentos.

No tocante à fase de uso, os equipamentos odontológicos caracterizam-se como bens duráveis, projetados para utilização contínua e prolongada, compatível com a natureza permanente do objeto. Quando corretamente instalados, operados e submetidos à manutenção adequada, apresentam vida útil estendida, com desempenho estável e confiável ao longo dos anos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, o impacto ambiental e financeiro decorrente de novas aquisições.

Sob a perspectiva da sustentabilidade durante o consumo, destaca-se que a durabilidade dos equipamentos, aliada à possibilidade de manutenção, calibração e substituição de componentes, contribui para o uso racional dos recursos públicos e para a mitigação da geração de resíduos. Ademais, a adoção de equipamentos com eficiência energética compatível com os padrões de mercado tende a reduzir custos operacionais e impactos ambientais ao longo de sua utilização.

Por fim, no que se refere à destinação final, ao término de sua vida útil, os equipamentos odontológicos permitem descarte ambientalmente adequado, com potencial de reaproveitamento e reciclagem de componentes metálicos e eletrônicos, observadas as normas ambientais e sanitárias vigentes. A correta gestão dessa etapa contribui para a redução de impactos ambientais e para a conformidade com os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta apresenta ciclo de vida compatível com os princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade e interesse público, sendo adequada às necessidades da Administração, não apenas sob o aspecto funcional imediato, mas também considerando seus efeitos ao longo de toda a vida útil do objeto contratado.

#### 4.4 Critérios e práticas de sustentabilidade

Em observância ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União**, especialmente no que se refere à aquisição de materiais da área da saúde, foram considerados, de forma compatível com o objeto, os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

- a) preferência por equipamentos que apresentem **eficiência energética**, quando aplicável;
- b) observância de práticas que minimizem a geração de resíduos, incluindo **embalagens adequadas, recicláveis ou reutilizáveis**, sempre que possível;
- c) conformidade com normas ambientais aplicáveis quanto ao uso, armazenamento e descarte de componentes, insumos ou resíduos eventualmente associados aos equipamentos;
- d) avaliação quanto à incidência do **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/IBAMA)**, não se identificando, para o objeto da contratação, exigência obrigatória de inscrição específica, sem prejuízo de observância da legislação ambiental vigente pelos fornecedores.

Os critérios de sustentabilidade adotados foram definidos de modo a **não restringir indevidamente a competitividade**, preservando a ampla participação de fornecedores aptos a atender às exigências mínimas do objeto.

#### 4.5 Da garantia contratual

Considerando a natureza do objeto, o baixo risco de inadimplemento, a padronização dos bens e a análise de risco da contratação, a Administração opta por **não exigir garantia contratual de execução**, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em observância aos princípios da proporcionalidade e da eficiência.

### 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado tem por finalidade identificar as soluções disponíveis capazes de atender à necessidade administrativa identificada, bem como avaliar a forma mais adequada de contratação, nos termos do art. 9º, inciso III, da Instrução Normativa SEGES /ME nº 58, de 2022.

No presente caso, o levantamento de mercado foi realizado de forma **integrada e complementar** ao Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEx), instrumento no qual as demandas das Organizações Militares de Saúde são submetidas a sucessivas análises técnicas, administrativas e orçamentárias, contemplando, inclusive, estudos de viabilidade, estimativas de preços e avaliação de custo-benefício.

No âmbito do PAASSEx, foram analisadas, pelas Organizações Militares de Saúde, pelas Regiões Militares e pela Diretoria de Saúde do Exército, **diferentes alternativas para atendimento das necessidades**, incluindo aquisição, locação e comodato dos equipamentos, bem como soluções disponíveis no mercado compatíveis com os requisitos técnicos e operacionais das OMS, culminando na aprovação da aquisição dos equipamentos odontológicos constantes deste Estudo Técnico Preliminar.

Além disso, no contexto da elaboração do presente ETP, a equipe de planejamento avaliou as **formas de contratação possíveis**, considerando as modalidades previstas na legislação vigente, concluindo-se pela adoção do **Pregão Eletrônico**, por se tratar de aquisição de bens comuns, com especificações usuais de mercado, passíveis de definição objetiva, assegurando maior competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa.

Em observância ao art. 10 do Decreto nº 11.462/2023, foi avaliada a existência de **Intenções de Registro de Preços (IRPs)** em andamento com objeto compatível ao da presente contratação. Não foram identificadas IRPs vigentes ou em fase de planejamento que atendessem, de forma integral e simultânea, às especificidades técnicas, aos quantitativos e à distribuição por Organizações Militares de Saúde previstos no PAASSEx 2026, razão pela qual restou afastada a possibilidade de participação ou adesão a ata de registro de preços.

Quanto à utilização do Sistema de Registro de Preços, avaliou-se que, no presente caso, **não se mostra a alternativa mais adequada**, tendo em vista que os quantitativos estão previamente definidos no planejamento anual, os recursos orçamentários encontram-se vinculados ao exercício correspondente e as aquisições destinam-se a atendimento imediato das necessidades das OMS beneficiadas, não se caracterizando contratações futuras ou de demanda incerta.

Dessa forma, o levantamento de mercado realizado permitiu confirmar que a contratação, na forma de **Pregão Eletrônico, sem utilização do Sistema de Registro de Preços**, é a solução que melhor atende ao interesse público, sob os aspectos da economicidade, eficiência, segurança jurídica e aderência ao planejamento institucional.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6.1 Considerações gerais sobre a solução adotada

A solução adotada consiste na **aquisição de equipamentos odontológicos**, conforme especificações técnicas constantes dos Descritivos Complementares, destinados às Organizações Militares de Saúde beneficiadas, em atendimento às necessidades identificadas no Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEx).

A definição da solução observou os princípios da eficiência, economicidade, padronização e promoção da competitividade, restringindo-se às **características essenciais dos bens**, indispensáveis ao atendimento da necessidade administrativa, evitando-se a inclusão de exigências excessivas ou irrelevantes que pudessem restringir indevidamente a competição.

Os bens foram classificados como **bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, o que fundamenta a adoção do **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento pelo **menor preço**, conforme art. 29 da referida Lei.

### 6.2 Da forma de contratação e do instrumento contratual

A contratação será formalizada por meio de **Contrato Administrativo**, tendo em vista que a entrega dos bens não é imediata, envolve múltiplos locais de entrega e exige obrigações continuadas relacionadas à garantia, assistência técnica e eventual instalação, não sendo adequada a substituição do contrato por instrumento hábil simplificado, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

### 6.3 Da garantia dos equipamentos

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, ou pelo prazo superior oferecido pelo fabricante, contada a partir do recebimento definitivo do objeto, abrangendo a manutenção corretiva, substituição de peças, reparos e demais ajustes necessários, sem ônus adicional para a Administração, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

### 6.4 Da instalação e entrega

A instalação, quando aplicável, deverá observar as especificações constantes do Descritivo Complementar e do Termo de Referência.

O prazo de entrega dos bens será de **60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura do contrato**, devendo os equipamentos ser entregues devidamente acondicionados, em embalagem original, e em perfeitas condições de uso, nos endereços das Organizações Militares de Saúde indicados no Termo de Referência.

Somente serão aceitos produtos devidamente **registrados ou notificados na ANVISA**, quando aplicável, e em conformidade com os requisitos de avaliação da conformidade do **INMETRO**, observada a legislação vigente.

### 6.5 Normas técnicas e regulamentações aplicáveis

Os equipamentos deverão atender às normas sanitárias, técnicas e regulatórias aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela ANVISA, INMETRO e demais órgãos competentes, bem como às disposições do Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

### 6.6 Treinamento

A contratação contempla a realização de treinamento técnico e operacional a ser ministrado pelo fornecedor contratado, destinado aos profissionais que atuarão diretamente na operação, supervisão e manutenção básica dos equipamentos objeto da contratação, caso esteja previsto nos respectivos descritivos complementares.

A exigência de treinamento justifica-se em razão da complexidade tecnológica, criticidade operacional e especificidades clínicas dos equipamentos a serem adquiridos, especialmente aqueles destinados a procedimentos de diagnóstico por imagem, radioterapia e suporte anestésico, cujo uso inadequado pode acarretar riscos à segurança do paciente, falhas operacionais e redução da vida útil dos bens.

## **6.7 Justificativas para os requisitos de habilitação**

Para assegurar a adequada execução do objeto, serão exigidos requisitos de habilitação compatíveis com a natureza da contratação, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

### **Justificativa para Não Exigência de Garantia da Contratação**

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é faculdade da Administração e deve ser avaliada à luz da natureza do objeto e dos riscos envolvidos.

No caso em análise, a contratação refere-se à aquisição de bens comuns, com entrega imediata ou em prazo reduzido, sem complexidade relevante na execução contratual e com previsão de garantia do fabricante e assistência técnica.

Dessa forma, entende-se que a exigência de garantia da contratação não se mostra necessária nem proporcional, sendo suficiente a garantia legal e contratual dos equipamentos fornecidos.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

Para fins de habilitação, será exigida a comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor total estimado da contratação, como forma de assegurar a capacidade econômico-financeira do licitante para o cumprimento das obrigações contratuais.

Tal exigência encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 e mostra-se proporcional ao vulto da contratação, não restringindo indevidamente a competitividade, ao mesmo tempo em que mitiga riscos de inadimplemento.

A exigência de apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício e das demais demonstrações contábeis relativas aos dois últimos exercícios sociais tem por finalidade comprovar a capacidade econômico-financeira do licitante para suportar as obrigações decorrentes da contratação, mitigando riscos de inadimplemento contratual.

Considerando que o objeto envolve o fornecimento de equipamentos permanentes de uso odontológico, de elevado valor unitário e com impacto direto na continuidade dos serviços públicos de saúde, a análise da situação financeira do fornecedor mostra-se necessária para assegurar a execução regular, tempestiva e integral do contrato, em consonância com os princípios da segurança da contratação, da eficiência e do interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021 e o entendimento consolidado pela Advocacia-Geral da União.

A exigência de apresentação das demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, em vez de apenas um, decorre da relevância e do elevado valor dos equipamentos odontológicos permanentes vinculados ao PAASSEX. Trata-se de bens de grande impacto para a continuidade dos serviços públicos de saúde, cuja aquisição demanda fornecedores com comprovada solidez econômico-financeira.

A análise de dois exercícios consecutivos permite verificar não apenas a situação patrimonial atual, mas também a evolução e a consistência financeira da empresa ao longo do tempo, reduzindo o risco de selecionar licitantes que apresentem resultados pontuais ou conjunturais sem sustentabilidade. Essa medida garante maior segurança na contratação, assegura a regularidade e integralidade da execução contratual e está em consonância com os princípios da eficiência, da segurança jurídica e da supremacia do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, além de alinhar-se ao entendimento consolidado pela Advocacia-Geral da União quanto à pertinência de requisitos proporcionais e necessários para mitigar riscos de inadimplemento em contratações de grande vulto.

### **Justificativa para a Qualificação Técnica**

A exigência de qualificação técnica do fornecedor tem por finalidade assegurar que a contratação seja celebrada com empresa detentora de capacidade técnica, operacional e regulatória compatível com a natureza do objeto, que envolve o fornecimento de equipamentos médico-odontológicos sujeitos a requisitos sanitários, de instalação, garantia, assistência técnica e treinamento.

A apresentação da Declaração do Detentor de Registro (DDR), quando aplicável, nos termos da RDC nº 81/2018 e da RDC nº 103/2016, justifica-se nos casos de importação realizada por terceiro distinto do detentor do registro do produto junto à ANVISA, garantindo a regularidade sanitária e a adequada definição das responsabilidades técnicas.

A exigência de Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, conforme a RDC nº 16/2014, visa comprovar que o fornecedor está legalmente habilitado ao exercício de atividades relacionadas a produtos sujeitos à vigilância sanitária, mitigando riscos à saúde pública e assegurando a conformidade regulatória da contratação.

A comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, por meio de atestados de capacidade técnica, mostra-se necessária para demonstrar experiência prévia compatível com a complexidade tecnológica e operacional do objeto, abrangendo venda, entrega, instalação, garantia mínima e treinamento. Admite-se o somatório de atestados, bem como a apresentação em nome da matriz ou da filial, de modo a preservar a competitividade do certame.

As exigências relativas à garantia mínima prevista no descritivo complementar, à disponibilidade de peças de reposição por prazo não inferior a 10 anos, à assistência técnica prestada pelo fabricante ou empresa por ele autorizada e ao fornecimento de treinamento operacional encontram-se diretamente vinculadas à continuidade do serviço público, à segurança dos usuários e à preservação do investimento público.

Dessa forma, os requisitos de qualificação técnica estabelecidos revelam-se proporcionais, razoáveis e estritamente vinculados ao objeto da contratação, atendendo ao interesse público e aos princípios que regem as contratações públicas.

#### **Justificativa para a Permissão de Subcontratação Parcial**

A Administração opta por permitir a subcontratação parcial do objeto em razão da natureza complementar e especializada de determinadas atividades associadas ao fornecimento dos equipamentos, tais como treinamento dos usuários, instalação e assistência técnica.

Essas atividades demandam conhecimento técnico específico, frequentemente vinculado ao fabricante ou a empresas por ele autorizadas, sendo prática usual de mercado que tais serviços sejam executados por terceiros especializados, sem prejuízo da responsabilidade do fornecedor principal. A vedação absoluta à subcontratação poderia, nesse contexto, restringir indevidamente a competitividade, elevar custos e comprometer a adequada execução contratual.

A permissão de subcontratação restrita às parcelas acessórias contribui para maior eficiência na implantação dos equipamentos, adequada capacitação das equipes usuárias e pronta resposta técnica durante a vigência contratual, reduzindo riscos operacionais e assegurando a continuidade dos serviços de saúde prestados pelas unidades beneficiárias.

Ressalte-se que a subcontratação não alcança o núcleo principal do objeto, consistente no fornecimento dos equipamentos, o qual permanecerá sob responsabilidade direta da contratada, preservando-se, assim, o controle da execução contratual, a isonomia do certame e a adequada verificação da capacidade técnica do licitante.

Dessa forma, a subcontratação parcial, limitada a atividades acessórias e condicionada à autorização da Administração, mostra-se medida adequada, proporcional e vantajosa, alinhada ao interesse público e às boas práticas de governança e gestão contratual.

#### **6.8 DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A INDICAÇÃO DE PADRÕES DE REFERÊNCIA, COMPATIBILIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL**

Em relação a determinados itens constantes dos Descritivos Complementares, verificam-se referências a padrões técnicos, modelos de mercado ou requisitos de compatibilidade tecnológica com equipamentos já existentes nas Organizações Militares de Saúde beneficiadas.

Tais referências **não se configuram como exigência de marca, modelo ou fabricante específico**, tampouco têm por objetivo direcionar ou restringir a competitividade do certame, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

A indicação de padrões de referência decorre **exclusivamente de razões técnicas e operacionais**, relacionadas à necessidade de **integração, interoperabilidade e compatibilidade funcional** com equipamentos previamente instalados nas unidades hospitalares e odontológicas, de modo a assegurar:

- a continuidade dos serviços assistenciais;
- a padronização mínima de fluxos clínicos e operacionais;
- a segurança do paciente e dos profissionais de saúde;
- a otimização do uso dos recursos públicos já investidos;
- a mitigação de riscos técnicos, operacionais e assistenciais decorrentes de incompatibilidade entre sistemas.

Ressalta-se que **não há exclusividade tecnológica**, sendo plenamente admitida a participação de fornecedores de **marcas diversas**, desde que os equipamentos ofertados **comproven compatibilidade técnica e operacional** com os sistemas, acessórios e equipamentos já existentes nas respectivas Organizações Militares de Saúde.

A comprovação da compatibilidade poderá ocorrer por meio de documentação técnica, manuais, certificações, declarações do fabricante ou outros meios idôneos, a serem analisados na fase de julgamento das propostas, observados os princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa.

Assim, as referências constantes dos descritivos devem ser interpretadas como **parâmetros técnicos mínimos de interoperabilidade**, não representando restrição indevida à competição, mas sim medida necessária e proporcional para atendimento do interesse público, em conformidade com a legislação vigente e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas para a presente contratação decorrem das demandas formalizadas pelas Organizações Militares de Saúde participantes no âmbito do Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEx), instrumento institucional de planejamento elaborado em ciclo A-1, com análise técnica e aprovação em múltiplos níveis hierárquicos da Força.

No modelo adotado pelo Exército Brasileiro, a identificação das necessidades quantitativas é realizada pelas Organizações Militares de Saúde, com base em critérios técnicos próprios de sua atividade assistencial, sendo posteriormente analisadas e consolidadas pelas respectivas Regiões Militares e submetidas à aprovação do escalão central competente, culminando na validação final dos quantitativos pelo Departamento-Geral do Pessoal.

A Base Administrativa do Complexo de Saúde do Rio de Janeiro atua, nesse contexto, **como unidade executora das contratações**, não participando da fase de levantamento primário das necessidades nem da elaboração das memórias de cálculo individuais das Organizações Militares de Saúde requisitantes, tampouco tendo ingerência sobre a definição ou alteração dos quantitativos aprovados no PAASSEx.

Ressalta-se que as memórias de cálculo e os documentos técnicos detalhados que subsidiaram a definição das quantidades **integram a fase de planejamento centralizado do PAASSEx**, a qual não tramita integralmente até a unidade executora da licitação, razão pela qual tais documentos **não se encontram fisicamente disponíveis nos autos da presente contratação**.

Ainda assim, a estimativa de quantidades ora adotada encontra-se devidamente respaldada em planejamento institucional prévio, aprovado por autoridade competente, não se tratando de estimativa genérica ou arbitrária, mas de quantitativos definidos com base em metodologia própria e consolidada do Sistema de Saúde do Exército.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.295.340,52

8.1. O valor estimado da contratação é de: **R\$ 1.295.340,52 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, trezentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos)**, conforme Relatório da Pesquisa de Preços, anexo ao processo

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação em tela deverá ser dividida por itens, tendo em vista a divisibilidade do objeto, exceto os itens 19 e 20 que integram o me

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas/interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000294/2026

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025

III) Id do item no PCA: 17

IV) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS

V) Identificador da Futura Contratação: 160242-14/2026



## DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (PCA E INSTRUMENTO EQUIVALENTE AO PLS)

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Administração, em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

No que se refere ao **Plano de Contratações Anual (PCA)**, registra-se que o objeto desta contratação está contemplado no planejamento anual da Administração, conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar, tendo sido verificada a compatibilidade da demanda com o planejamento das contratações para o exercício correspondente, nos termos do §1º do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que, nos termos do parágrafo único do art. 1º e do art. 7º do Decreto nº 10.947/2022, os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica estão dispensados da obrigatoriedade de elaboração do PCA na forma ali prevista, sem prejuízo da adoção de instrumentos próprios de planejamento e governança das contratações.

No âmbito do Exército Brasileiro, o planejamento das aquisições de saúde é realizado por meio do **Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEx)**, instrumento institucional que consolida as demandas das Organizações Militares de Saúde, com análise técnica e aprovação em múltiplos níveis hierárquicos, assegurando a compatibilidade da contratação com o planejamento estratégico e orçamentário da Força.

No que se refere ao **Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS)**, esclarece-se que o Exército Brasileiro adota, como instrumento equivalente de governança ambiental e sustentabilidade, o **Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (EB50-D-04.007)**, aprovado pela Portaria nº 055-DEC, de 31 de agosto de 2018.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em consonância com as diretrizes estabelecidas no referido Programa, o qual orienta a incorporação de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações, no âmbito do Exército Brasileiro, atendendo ao disposto no art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 e no inciso II do §1º do art. 8º da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021, no que couber às Forças Armadas.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. No contexto em que se insere a OMS compreendida, o bem pretendido visa incrementar a qualidade no atendimento das Organizações Militares de Saúde localizadas na guarnição do Rio de Janeiro, Niterói e Resende, trazendo maior precisão e eficiência na execução dos atendimentos.

12.2. O principal resultado pretendido com a futura aquisição é aparelhar as Organizações Militares de Saúde, apoiadas pela B Adm Cmpl Sau RJ, com equipamentos novos e de qualidade comprovada, que capacitará integral e ininterruptamente o atendimento à família militar.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Elaboração dos demais documentos pertinentes ao processo licitatório, com a devida definição do objeto e termos da contratação para realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e critério de julgamento "menor preço", para a presente aquisição.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

14.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma

14.3. A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

14.4. O descarte de peças e materiais devem estar em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão.

14.5. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

14.6. Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros.

14.7. Pelo teor do art. 2º desta mesma lei, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º - as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

14.8. Nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.077/2013 o exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade


O presente ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, elaborado pelos integrantes TÉCNICO e REQUISITANTE em harmonia com a Instrução Normativa Seges nº 58, de 8 de agosto de 2022, considerando a análise das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui que, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade. Em complemento aos requisitos listados RECOMENDAMOS o prosseguimento do processo de LICITAÇÃO não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente aquisição no formato indicado.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANA CARLA DOS SANTOS SIMOES**

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **BRUNA SOUZA DE MORAES**  
Data: 12/01/2026 11:06:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**BRUNA SOUZA DE MORAES**

Membro da comissão de contratação

**GABRIEL LUIS CAMILO DE ARAUJO**

Membro da comissão de contratação

**JOAO PEDRO FIALHO DE OLIVEIRA E SILVA**

Membro da comissão de contratação

**DEBORAH HAMMEM ROCHA LIMA**

Membro da comissão de contratação